

PROJETO QUERINO

O projeto Querino é apoiado pelo Instituto Ibirapitanga.
O podcast é produzido pela Rádio Novelo.

Episódio 08: Democracia

Tiago Rogero: Eu sou o Tiago Rogero,

este é o podcast do projeto Querino,
produzido pela Rádio Novelo.

Episódio Oito: Democracia.

Tiago Rogero: E aqui, aqui já é a casa principal, né?

Aldivan da Silva: Esse cômodo que você está vendo aqui, ó, era o famoso
quartinho escuro da casa. Aí é onde o pessoal tem a capela e os barões iam
participar da missa e os escravos ficavam aqui, pra participar da missa.

Tiago Rogero: Essa fazenda foi fundada em 1784.

Fica perto de uma cidade do interior de Minas Gerais chamada Cruzília.

Esse que tava conversando comigo é o atual gerente da fazenda, o Aldivan da Silva.

No passado, a fazenda pertencia aos Junqueira, uma família tradicional mineira.

Gente muito rica.

O nome da fazenda é Bela Cruz.

Tiago Rogero: E na... e da família antiga, o que era esses ambientes, por exemplo, o
quarto principal ficava para lá, para cá...

Aldivan da Silva: Conta a história... eu não sei te falar exato, mas conta a história
que o homem foi assassinado nesse quarto que está aqui.

Que tem a, não sei se você já leu lá, que o... quando fizeram a Revolta de Carrancas, e aí eles vieram, os escravos enfurecidos, matou todo mundo que tava aqui na casa, e inclusive o filho, que é o, acho que chamava José Francisco Junqueira, que ele se trancou no quarto e eles... um dos escravos cortou a porta a golpe de machado e o cavaleiro catou a garrucha e matou ele na garrucha, né, a tiro de garrucha.

Tiago Rogero: Um dia, em 1833,
na hora em que o senhor chegou à roça pra monitorar o trabalho,

ele foi assassinado.
Morto pelos escravizados dele.

Esse homem era um juiz de paz e também era filho de um deputado federal.
O deputado é que era o dono das fazendas. Ele só não tava lá na hora da revolta porque tava na Corte, no Rio de Janeiro.

O nome do deputado era Gabriel Francisco Junqueira.

Ao todo, os escravizados mataram nove pessoas da família dele; entre elas, três crianças.

O caso ficou conhecido como a Revolta de Carrancas, que era o nome dessa região de Minas Gerais, na época.

Rogério Nakano: Bom, eu sou Rogério Pádua Nakano, sou aqui, hoje eu sou o proprietário aqui da Fazenda Bela Cruz.

Tiago Rogero: A família do Rogério num tem nada a ver com a revolta.
Eles compraram a fazenda em meados dos anos 2000, de um descendente dos Junqueira.

Rogério Nakano: E foi muito interessante porque meu pai gosta de fuçar, né, nessa parte histórica. Daí ele achou um inquérito policial que tem da época lá da Revolta de Carrancas. É um inquérito policial acho que bem grande e bem detalhista de como eles encontraram a região e daí a gente começou a ficar muito curioso pela história da fazenda por conta disso porque foi uma revolta bem marcante e violenta. E ela foi violenta porque tinha uma razão, né, aqui, e daí isso acaba

explicando muito como as coisas eram aqui, né? Os relatos históricos demonstram que era uma situação muito difícil pros escravos e tudo mais.

Tiago Rogero: A revolta só foi abafada quando os escravizados seguiram pra uma terceira fazenda.

Foram mortos o líder do movimento, o nome dele era Ventura Mina, e outros quatro escravizados.

E isso tudo foi num 13 de maio. 13 de maio.

Outros 31 escravizados que sobreviveram foram acusados de participar do levante. Dezesseis deles foram executados depois de terem sido condenados à pena de morte.

E isso era algo muito fora da curva pra casos assim: essa quantidade de gente condenada à pena capital.

É que o período da escravidão tinha essa dicotomia muito louca. Por mais que pessoas escravizadas não fossem tratadas nem como seres humanos, elas eram um bem valioso demais pro senhor.

João José Reis: A ideia que eles tinham do escravo rebelde era que o rebelde de um dia, é preso, punido e no outro dia ele é colocado pra cortar cana...

Tiago Rogero: Este é o João José Reis.

João José Reis: Eu sou professor da Universidade Federal da Bahia. E sou historiador, escritor.

Tiago Rogero: E ele tá lembrando que o senhor de escravos preferia mil vezes castigar o escravizado do que simplesmente matar.

Embora às vezes o castigo era tanto que acabava levando à morte também...

João José Reis: Era uma propriedade muito preciosa pra tá sendo presa, cumprir pena, ser castigada e muito menos executada.

Tiago Rogero: E no caso da Revolta de Carrancas, como cê ouviu, num foi um escravizado que foi executado.

Foram 16. Fora os cinco que já tinham morrido no dia do confronto.

O historiador Marcos Ferreira de Andrade, estudioso da Revolta de Carrancas, já escreveu que a explicação mais razoável pra essa quantidade de condenações à morte

"é o fato de terem assassinado vários membros de uma família senhorial ligada à elite política liberal moderada do Império, que dava as cartas do jogo político naquele contexto. O massacre que se abateu sobre os Junqueiras trouxe pânico às elites regionais, ao Parlamento e à Regência".

Aquele era o período das Regências, né? A década de 1830.

O Dom Pedro I tinha abdicado do trono em 1831, o filho dele ainda era só uma criança e o governo tava sendo revezado nas mãos da classe política.

João José Reis: Era um momento de tensão em todo o país, né?

Tiago Rogero: De novo aqui o João José Reis.

João José Reis: Um período em que pipocaram revoltas regionais em diversos pontos do país. Agora, é muito importante, que esse é um período que há um acúmulo, digamos assim, de uma onda muito grande de importação de escravizados africanos.

Tiago Rogero: E a gente falou isso nos dois primeiros episódios.

Na euforia da Independência, na gana, na ambição desenfreada, os escravistas trouxeram muito mais gente escravizada pro Brasil.

Quando começaram os tratados com a Inglaterra pra proibir o tráfico, os senhores compraram ainda mais pra poder fortalecer o estoque.

João José Reis: Foi um volume tão grande que pressiona as tensões entre os escravos. Tanto que, nesse período que vai entre 1826 e 1831, ocorrem 16 revoltas ou conspirações.

Tiago Rogero: E isso só na Bahia.

Teve muita insurreição na Bahia nesse período.

A maior e mais famosa delas foi em 1835.

João José Reis: A Revolta dos Malês foi uma revolta de africanos, tanto africanos escravizados como africanos libertos. A Revolta de 1835 foi a 31ª, alguma coisa assim, né, das revoltas. Então havia uma tradição rebelde importante.

Tiago Rogero: O João José Reis escreveu um livro incrível sobre a revolta:

"Rebelião Escrava no Brasil, a História do Levante dos Malês em 1835".

João José Reis: Ela foi organizada por negros malês. Malês eram os africanos de origem iorubá, portanto nagôs.

Tiago Rogero: E que vinham da região da Costa da Mina.

João José Reis: A Costa da Mina é um litoral que hoje em dia pertence ao Togo, República do Benin e Nigéria.

Tiago Rogero: "Malê" era a forma como eram chamados os africanos que eram muçulmanos.

E a Revolta dos Malês ganhou esse nome porque foi organizada por muçulmanos.

Tudo começou na madrugada de um 25 de janeiro.

João José Reis: Porque houve uma denúncia e a polícia saiu batendo na porta daqueles lugares apontados como sendo locais de reunião de africanos. E a polícia chega realmente num local onde havia um grande grupo reunido. E quando a polícia adentra esse local, os africanos que lá estavam reunidos saem, né, armados e tem uma primeira pequena batalha entre cerca de 60 rebeldes e a polícia. Então a partir daí há uma dispersão desses rebeldes.

Tiago Rogero: Eles se dispersaram pela cidade, por Salvador.

João José Reis: Esses homens eles saem pela cidade gritando que tava na hora de se levantar e outros africanos foram aderindo. Eles percorrem uma área muito grande da cidade de Salvador. E o que se ouviu ser gritado nas ruas da cidade foi 'Morte aos brancos, viva nagô'.

Só que no meio do caminho ficava o quartel da cavalaria. Os soldados montados atacaram esses rebeldes que estavam saindo da cidade e quando houve uma última batalha ali, né, que foi a mais sangrenta, morreram cerca de 70, talvez mais, africanos. E a revolta basicamente foi... terminou aí.

Tiago Rogero: Centenas de pessoas foram presas, e 15 foram condenadas à morte.

João José Reis: Mas houve a comutação da maioria dessas penas, foi transformada em outras penas como chibatada, ou até absolvição no segundo júri, que houve. E quatro pessoas foram executadas. É... foram fuziladas. Elas deveriam ter sido enforcadas, mas não se encontrou ninguém que pudesse servir, que aceitasse servir como carrasco.

Tiago Rogero: Outras dezenas de pessoas foram expulsas do Brasil.

Mas só pessoas que já eram livres. Nenhum escravizado.

João José Reis: Porque o escravo era uma mercadoria, então não ia simplesmente expulsar, porque ia prejudicar os senhores. Mas as pessoas que foram expulsas eram ex-escravos, libertos africanos, e foram expulsas de volta para África.

Tiago Rogero: E essas duas revoltas, a de Carrancas e a dos Malês, acabaram tendo um impacto enorme na legislação do período.

João José Reis: Houve uma consequência muito grande em leis locais e sobretudo na Corte, mas também em todas as províncias de modo geral, que enrijeceram o controle, não apenas dos escravizados mas também dos libertos africanos. Reforçaram o controle e a repressão à população negra de um modo geral.

Tiago Rogero: E obviamente não eram as pessoas negras que faziam essas leis.

Tinha um ou outro caso de algum político afrodescendente,

que à época podia ser lido como mulato, como pardo,
mas a classe política era majoritariamente branca, rica,
e comprometida com a escravidão.

Boa parte dos deputados e senadores eram senhores de escravos.

Tâmis Parron: Dom Pedro tinha caído. Muita gente tentou radicalizar o momento indo pro confronto agônico, inclusive os escravizados.

Tiago Rogero: Este é o Tâmis Parron, historiador e professor, que a gente ouviu no 2º episódio.

Tâmis Parron: Essa polarização popular, ela empurra os conservadores para um eixo comum. Ela apura o senso de coesão, solidariedade e autopreservação entre os donos do dinheiro e do patrimônio, das riquezas privadas. Você tem aquele momento de mobilização no Brasil, mas a coligação das forças joga a favor da reação e não da realização dos anseios das classes subalternas e populares. Esse pessoal apostou no momento da escravidão e reabriu o tráfico negreiro em larga escala. Fez tudo isso ao mesmo tempo.

Tiago Rogero: E aí a gente chega naquele momento do total desrespeito à lei de 1831, quando o tráfico de escravizados tava proibido, mas continuou com força total, num grande acordo nacional.

Foram mais 19 anos de tráfico ilegal, de um dos maiores casos, se não o maior caso de corrupção sistêmica da História do Brasil.

Até que uma nova lei, em 1850, a Lei Eusébio de Queirós, finalmente pôs fim ao tráfico. Quase 20 anos depois da lei de 1831.

Tâmis Parron: Houve um alinhamento muito especial de forças pra que essa lei passasse.

Tiago Rogero: E por trás disso tava de novo a Inglaterra, o principal império do mundo naquele momento, que nas décadas anteriores já tinha lucrado muito com a escravidão e com o tráfico, mas que continuava, com objetivos econômicos, atuando pelo fim do comércio negreiro.

A Inglaterra já tava participando da negociação de uma série de tratados que acabaram com o tráfico em vários dos nossos países vizinhos: Chile, Venezuela, Uruguai, México...

E isso foi deixando o Brasil cada vez mais isolado no cenário internacional.

Daí em 1845, o parlamento britânico subiu o tom e aprovou uma lei, e a gente aprende ela na escola, é a *bill* Aberdeen, que considerou o tráfico marítimo de escravizados

pirataria,

e deu autorização pra marinha britânica apreender esses navios.

Tâmis Parron: Ela patrulhou as águas territoriais brasileiras. Ela desembarcou, Tiago, marinheiro em terra brasileira sem permissão do governo brasileiro. Ela fez um semibloqueio do porto do Rio de Janeiro. Deixou os navios de guerra alinhados, deixando passar só navio que era obviamente destinado à Europa, e parando todos os outros. Em 1849 e 50, a Grã-Bretanha já tinha tomado, ou destruído, pelo menos, dez navios brasileiros. Todos em águas territoriais brasileiras. E alguns até ancorados nos portos. Aí o Brasil declarou guerra.

Não à Grã-Bretanha, porque não é bobo. Ao tráfico.

Tiago Rogero: Em fevereiro de 1850, os políticos brasileiros concluíram que a única maneira de contornar a situação e de evitar uma guerra era acabando de vez com o tráfico. Cortando na própria carne.

Quem assinou o parecer foi o ministro da Justiça, o Eusébio de Queirós.
Por isso que a lei tem o nome dele.

Tâmis Parron: Sem o perigo permanente de uma guerra contra a Grã-Bretanha, o maior poder marítimo e militar da época, as elites do Brasil não teriam largado o osso. Literalmente, os ossos. O sangue, os músculos daquelas pessoas livres trazidas como escravizadas ilegalmente pro país. Não teria largado. Então se você tirar a Grã-Bretanha dessa equação, esquece. Não tem fim do tráfico negreiro.

Tiago Rogero: Mas uma coisa que a gente não pode esquecer é o impacto que todas aquelas revoltas de escravizados já tavam tendo sobre a classe política.
Sobre a população.

João José Reis: Porque os africanos, depois da Revolta de 1835, como se não já bastasse as outras revoltas, começaram a ser vistos e definidos como bárbaros, né, que a qualquer momento podiam se levantar, matar as famílias e assim por diante.

Tiago Rogero: E quando o João José Reis fala nessas outras revoltas, a gente pode pensar não só nas da Bahia, ou na de Carrancas, em Minas, mas também nas outras tantas que tavam acontecendo em outras partes do Brasil.

Em 1838, por exemplo, na região de Vassouras, no Rio, estourou a revolta liderada pelo Manuel Congo.

Centenas de escravizados fugiram de duas fazendas e se aquilombaram.
A Guarda Nacional precisou intervir. Seis escravizados foram mortos e o Manuel foi condenado à força.

Dez anos depois, na mesma região, a polícia descobriu um plano gigantesco de insurreição que ficou conhecido como a Conspiração de 48.

A ideia era matar todos os senhores, e tomar o poder.
E isso tudo a menos de 150 km da Corte.

Por isso que, pouco depois de assinar a lei de 1850, o Eusébio de Queirós disse que alguns acontecimentos de natureza gravíssima

"produziram um terror que chamarei salutar, porque deu lugar a que se desenvolvesse e se fizesse sentir a opinião contrária ao tráfico. Os mesmos fazendeiros que até ali apregoavam a necessidade do tráfico eram os primeiros a contestar que era chegado o momento de dever ser reprimido".

Ou seja: mesmo impedidas de participar das tomadas de decisão,
muito longe do controle do processo político,
alijadas de participar formalmente desse processo,

as pessoas negras influenciaram essas decisões.

E nas décadas seguintes tudo isso seria determinante pra conquista da liberdade.

Tâmis Parron: A Constituição do Império do Brasil de 1824, por essa constituição aí, se você nascesse no Brasil, livre, ou se você, tendo nascido no Brasil conquistasse a liberdade, você podia ser considerado cidadão. Isso significa que você tinha direitos civis garantidos. Direitos civis são aqueles de proteção da propriedade, de ter a sua casa como um espaço inviolável, poder ir e vir... Mas, olha só, você só era investido dos direitos políticos se você tivesse dinheiro. Pra você votar, pra você ser eleito, você precisava ter dinheiro.

Tiago Rogero: Precisava comprovar renda.

E, como eu falei mais cedo,
não é que não tinha parlamentar negro nessa época.
Até tinha uns poucos.

Tâmis Parron: Você tem uma presença de pardos. Vou usar a terminologia da época, né, pardos e mulatos no Parlamento.

Tiago Rogero: Um de renome era o Antônio Pereira Rebouças.

Era o que se chamava de um homem mestiço, filho de uma ex-escravizada e de um português.

Hoje, ele é mais conhecido pelos filhos dele, por ser o pai dos irmãos Rebouças,

mas ele era uma figura política influente do Império.

E como ele tinha outros.

Tâmis Parron: Você tem esses indivíduos inseridos no Parlamento, mas eles são vozes individuais, eles não representam movimentos civis coletivos baseados na cor da pele. Será necessário o surgimento de um movimento abolicionista reunindo pessoas de diversas cores de pele. Será necessário lutar dentro da escravidão contra a escravidão pra que essas vozes que você identifica isoladas, importantes, muito importantes, mas isoladas no parlamento da década de 1830, 40, 50 e 60 se tornem vozes com impacto político mais profundo no fim do Império.

Tiago Rogero: Antes de começar a falar do movimento abolicionista, é importante entender o que que tava acontecendo no mundo naquele momento, depois que o Brasil finalmente acabou com o tráfico de escravizados.

Só quatro lugares nas Américas ainda não tinham abolido a escravidão:

os Estados Unidos e o Brasil, que eram independentes,
e duas colônias da Espanha: Cuba e Porto Rico.

Em 1861, começou a Guerra Civil nos Estados Unidos.

E um dos principais motivos foi que, um ano antes, tinha sido eleito presidente um candidato do Norte do país, e que já tinha se mostrado favorável à abolição. Era o Abraham Lincoln.

Daí os estados do Sul, que eram escravocratas, começaram a declarar sua secessão, a sua separação da União. Eram os estados confederados.

E a guerra começou porque eles queriam de qualquer jeito manter a escravidão.

Daí aqui no Brasil, em 1863, o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros apresentou pro Congresso uma proposta de lei do ventre livre:

que os filhos das mulheres escravizadas nascessem livres a partir daquele momento.

Isso foi em 1863.

Os parlamentares

num deram a menor pelota pra ele.

Lá nos Estados Unidos, o Norte venceu a guerra e a escravidão acabou por lá, em 1865.

Daí ficaram só Brasil, Cuba e Porto Rico ainda com escravidão.

E o Brasil como a única nação independente, né?

Vergonha mundial.

Nessa época, o imperador Dom Pedro II, que assumiu depois do Golpe da Maioridade, já tava há mais de 20 anos no poder.

Aí, em 1865, ele encomendou um estudo sobre medidas legislativas para a emancipação.

Dois anos depois, o imperador levou esse estudo pros ministros dele, um monte de deputado, senador e tudo mais.

Era a proposta de uma lei do ventre livre, mas com tempo de serviços prestados pra servir como indenização:

as meninas que nascessem ficariam livres quando completassem 16 anos;
e os meninos, aos 21.

Os ministros disseram que não achavam conveniente a ideia

e o projeto foi engavetado.

Daí estourou uma revolução em Cuba, em 1868, contra o domínio espanhol.

Alguns senhores chegaram a libertar seus escravizados pra lutar pela independência da ilha.

A Espanha ficou com medo de que o resto dos escravizados fosse recrutado pelos rebeldes
e pra acalmar os ânimos aprovou uma lei de abolição gradual da escravidão:

uma mistura de ventre livre com lei dos sexagenários:
tavam livres os bebês e também os escravizados com mais de 60 anos,
com pagamento de indenização pros senhores.

E isso deixou o Brasil com as calças na mão.

O único país das Américas que não tava nem se preparando pra abolição.

E é nesse contexto todo que toma força o movimento abolicionista por aqui.

Angela Alonso: Nos anos 1850 tem já três associações abolicionistas que aparecem, mas é só isso. São membros da elite política, da elite social que tão preocupados em abolir a escravidão paulatinamente.

Tiago Rogero: Esta é a Angela Alonso, historiadora e professora.

Angela Alonso: Mas isso também não vai adiante porque não tem apoio popular. Então eu começo a contar essa história em 1868 porque eu acho que é aí que realmente começa uma articulação que dá origem ao que se torna o movimento abolicionista, ao mesmo tempo em que há um empenho de uma ala da elite política dentro das instituições políticas pra fazer o processo andar.

Tiago Rogero: E uma figura central nesse processo foi o engenheiro André Rebouças.
O filho mais famoso do Antônio Pereira Rebouças.

Angela Alonso: Uma figura muito interessante porque ele pode dar um nó na cabeça das pessoas. O Rebouças não é simples. Ele é negro, ele é de uma família obviamente negra, mas o pai dele prestou serviços ao Império durante o processo de consolidação do Segundo Reinado...

Tiago Rogero: E o André Rebouças, o filho...

Angela Alonso: ...ele tem um projeto de abolir a escravidão que é vinculado com o projeto de modernização do país, porque ele é um engenheiro. Mas na casa dele tem escravos.

Tiago Rogero: Sim, na casa do André Rebouças, o intelectual negro, um dos principais nomes do nosso abolicionismo, na casa dele tinha escravizados.

Angela Alonso: Logo que ele decide entrar na campanha, ele liberta. Outros abolicionistas, por exemplo, importantes, inclusive, como o Joaquim Serra, o Rui Barbosa, só libertam seus escravos bem mais pra frente na campanha. Então também não era visto como uma contradição você defender ideias abolicionistas e você ainda possuir escravos. Então esses fenômenos são sempre todos mais complexos do que o bem contra o mal também, né?

Tiago Rogero: E a gente já falou sobre isso: o Brasil era uma sociedade escravista, tudo girava em torno disso. Pra ter dinheiro, pra ter poder, pra ter liberdade política, as pessoas tinham escravizados.

O que não quer dizer que precisava ser assim pra sempre. O Rebouças tomou consciência disso.

Angela Alonso: O que vai fazer a cabeça do Rebouças girar é o momento em que ele entende que ele é negro.

E isso só vai acontecer mais tarde, já nos anos 1870, quando ele vai pros Estados Unidos. Ele não pode se hospedar em nenhum hotel de elite, ele não pode assistir à ópera. E daí ele percebe que lá não adianta ele ser um homem culto, ter boas conexões sociais, etc, que ele inclusive tem; mas que ele vai ser tratado sempre a partir da cor da pele. E aí é que ele realmente se transforma no abolicionista, assim, não só de mente mas de coração. E aí é o momento em que ele vai fazer alianças com José do Patrocínio, com Vicente de Souza.

Tiago Rogero: Dois grandes abolicionistas, dois grandes abolicionistas negros: o José do Patrocínio e o Vicente de Souza.

A esposa do Vicente também foi bem importante: a Cacilda Francioni de Souza. Ela é considerada a primeira mulher a participar abertamente das conferências abolicionistas, que eram eventos com participação popular que aconteciam por todo o país.

Um outro abolicionista negro de destaque era o Ferreira de Menezes.

E é óbvio que também tinham pessoas brancas entre os abolicionistas. Um nome bem importante, por exemplo, é o do Joaquim Nabuco.

Mas pera que tem um outro protagonista desse movimento que ainda não apareceu aqui.

Angela Alonso: O Luiz Gama é negro como Rebouças, mas eles são absolutamente diferentes. Porque o Luiz Gama é o único abolicionista que a gente tem, assim, uma narrativa formal, que é alguém que tenha passado por um processo de escravização. Ele não tem acesso à corte do imperador. Então ele é um homem que vai se vincular à oposição política do Império.

Tiago Rogero: Não existe ninguém com uma história tão incrível como o Luiz Gama. Eu vou resumir rapidinho, porque imagino que cê já conheça.

Ele nasceu livre em Salvador, filho de uma africana liberta, a Luiza Mahin. O Luiz foi separado da mãe ainda criança e, quando tinha só 10 anos, foi vendido pelo pai, que era branco.

Mas o Luiz tinha nascido livre, né? Não podia ser escravizado e nem podia vendido.

Ainda assim, ele foi mantido em cativeiro a adolescência inteira. Até que ele aprendeu a ler e a escrever, descobriu que o que tinha sido feito com ele era ilegal e conseguiu a própria libertação.

E a partir daí ele foi muita coisa, mas principalmente jornalista e advogado, e um ativista pela causa abolicionista.

E, assim, como se não bastasse tudo que ele já tinha feito, é aí que entra pra mim a parte mais incrível na trajetória do Luiz Gama:

ele usava aquela lei de 1831,
a lei da sacanagem, a lei pra inglês ver,

pra libertar, no Judiciário, pessoas que tavam sendo escravizadas ilegalmente.

Porque é isso: lembra daquilo que o historiador Luiz Felipe de Alencastro chama de

"o Pecado Original da sociedade e da ordem jurídica brasileira"?

Desde 1818, tava proibido o tráfico de pessoas sequestradas acima da linha do Equador.

Depois, em 1831, foi proibido o tráfico de todas as pessoas africanas.

Cada uma dessas quase 800 mil pessoas que chegaram desde então, mais os seus descendentes,
cada uma dessas pessoas
foi escravizada ilegalmente.

Aí quando teve a lei Eusébio de Queirós, em 1850,
o governo, o Judiciário e a sociedade brasileira poderiam ter feito justiça e finalmente libertado essas pessoas.

Mas escolheram não fazer isso.

O nosso pecado original.

Então quando a gente tá falando de pessoas ainda escravizadas no Brasil nessa época,
nas décadas finais de escravidão,
quando o Brasil era o único país das Américas que num tava tava nem discutindo a
abolição,

a gente tá falando de uma massa de pessoas

ilegalmente escravizadas.

E esse era o foco do trabalho do Luiz Gama no Judiciário.
Foi assim que ele conseguiu a libertação de centenas de pessoas.

E tudo isso como um membro ativo do movimento abolicionista,

que não parava de crescer e contava cada vez mais com integrantes também da parcela rica da população.

Angela Alonso: Uma parte da elite política fala: 'Bom, nós vamos ficar aqui sozinhos como os escravistas da América, e no limite, do mundo, né?'. E uma outra parte teme a guerra civil. Né? 'Se a gente não fizer alguma coisa a gente pode acabar no desfecho americano'. E uma outra ameaça que paira sobre todo mundo é o que até ganhou um nome na época, que é o haitianismo, que é o medo de uma revolução escrava. Afinal de contas os escravos são maioria, se eles resolverem fazer uma revolução, acabou. Então a Lei do Ventre Livre, ela é uma consequência desse jogo aí.

Tiago Rogero: A Lei do Ventre Livre.

Essa a gente aprende na escola também, né?

Essa ideia de que a abolição foi meio que gradual, aos pouquinhos.

Só em 1871 que a classe política brasileira concordou com uma lei que concedesse alguma forma de libertação.

Mas ainda assim eles resistiram:

defendiam que os senhores precisavam ser ressarcidos.

Daí quando a lei finalmente foi aprovada, tinham duas opções:

o dono poderia libertar a criança quando ela completasse 8 anos, e aí ele receberia uma indenização;

ou então o dono manteria o jovem escravizado até que ele completasse 21 anos.

Em 95% dos casos, os senhores escolheram a segunda opção.

Ou seja: como todas aquelas crianças continuariam escravizadas por mais duas décadas, o impacto era quase zero.

Angela Alonso: Essa lei não é aplicada, né? Todo mundo imagina sempre que as leis pra inglês ver são só lá as do final do tráfico. Mas não é verdade. Então, de fato, a Lei do Ventre Livre não é uma lei que liberta. Ela liberta pouquíssima gente.

Tiago Rogero: Mas as pessoas negras também usaram essa lei a favor delas.

Houve vários casos de mulheres negras, de mães, que entraram com ações no Judiciário pra garantir a liberdade dos filhos com base na Lei do Ventre Livre, alegando que os senhores não tavam cumprindo a parte deles no cuidado daquelas crianças.

E uma outra coisa é que, entre os seus artigos, a lei autorizava o escravizado a formar pecúlio, a juntar dinheiro pra poder comprar a própria carta de alforria.

Angela Alonso: Isso vai ser utilizado pelas associações abolicionistas pra libertar escravos.

Tiago Rogero: As associações abolicionistas agiam na prática, mas também trabalhavam a mente da população.

Angela Alonso: Porque a escravidão era considerada um fenômeno normal. É a vontade de Deus... Então uma parte muito importante da campanha abolicionista foi produzir uma nova sensibilidade em relação à escravidão. E mostrar que ela era tanto de um lado assim um fenômeno ilegal porque o Brasil já tinha lei desde os anos 30 proibindo o tráfico, como ela era desumana.

O outro argumento deles era o do progresso. A gente não pode avançar com uma instituição que é arcaica, incompatível com o trabalho livre.

Tiago Rogero: E tudo isso foi preparando o terreno pro que acabou acontecendo no Ceará.

Angela Alonso: A campanha abolicionista ganha força na hora em que a Lei do Ventre Livre mostra que não vai ser aplicada. Então os abolicionistas começam a fazer pressão. E daí isso tá acontecendo quase que no país inteiro, mas em alguns lugares a organização local dos abolicionistas é mais forte. E o Ceará é um desses casos.

Tiago Rogero: O José do Patrocínio e o André Rebouças tinham começado uma articulação nacional pela abolição.

Angela Alonso: E o que eles fazem é fazer um experimento ali, daí o José do Patrocínio viaja pra lá e eles fazem uma campanha de libertação de territórios.

Então eles falam: 'Bom, precisamos então criar um território livre no país'. E o Ceará é isso, porque o Ceará tem essa combinação política favorável.

Tiago Rogero: O presidente da província era um abolicionista...

Angela Alonso: ...e tem uma outra grande vantagem, né: o Ceará tem poucos escravos. O Ceará tá vivendo uma crise econômica violenta, também. Tá todo mundo vendendo seus escravos pro Sul. Então a operação é mais fácil de fazer. E a última vantagem, que também é bem significativa, é que como tá longe do Rio de Janeiro, que é a capital, demora de chegar a repressão.

Tiago Rogero: Os escravizados do Ceará tavam sendo vendidos pras regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Eles eram levados até a praia, embarcados em jangadas e levados pros navios.

Em 1881, os jangadeiros, que eram homens livres e majoritariamente negros, se recusaram a fazer o embarque dos escravizados.

O líder deles era o Chico da Matilde, um homem negro que entrou pra História como o Dragão do Mar.

E a partir daí os abolicionistas começaram a libertar cidade por cidade do Ceará.

Angela Alonso: E aí ao mesmo tempo os jornais abolicionistas no Rio vão publicando uma cronologiazinha assim, né: 'Faltam tantas cidades pra serem libertadas...'. Eles também faziam muito bom uso da imprensa. Então o resultado é que em 84 o Ceará se declara a primeira província livre do país. Isso gera uma grande crise política.

Tiago Rogero: Pra tentar acalmar os ânimos, o primeiro-ministro do Império enviou pra Câmara um projeto de lei pra alforriar os escravizados com mais de 60 anos.

Angela Alonso: É uma lei para que não haja abolição, mais do que pra libertar.

Tiago Rogero: Era pra tentar postergar ainda mais a abolição.

Só que ainda assim deu um quiprocó danado.

A Lei do Ventre Livre, aquela de 1871, tinha criado também a obrigação de que os senhores matriculassem seus escravizados. Registrassem eles.

Angela Alonso: Muitos donos de escravos, quando tinham matriculado seus escravos, eles matriculavam como mais velhos do que eles eram de fato, pra dizer que eles tinham entrado antes no país, antes da vigência da lei.

Tiago Rogero: Da lei de 1831, da lei pra inglês ver.

Já essa outra lei que tava sendo discutida...

Angela Alonso: ...quando a lei dizia que ia libertar escravos de 60 anos tava na verdade libertando escravos muito mais jovens de fato. E é isso que dá a grande reação, que vem outra vez os clubes da lavoura, uma grande reação escravista.

Tiago Rogero: A mesma classe política que ditou os rumos do Brasil desde a Independência.

Daí o ministro que propôs essa lei caiu,
foi derrubado,
assumiu um novo primeiro-ministro e passou uma Lei dos Sexagenários.

E na prática ele estendeu o prazo:
a título de indenização, os escravizados com mais de 60 anos deveriam ainda prestar mais três anos de serviço.

E ainda ele colocou um penduricalho pra que tudo isso começasse a valer só a partir de 1887.

Daí pros abolicionistas aquilo foi o estopim.

Angela Alonso: Então quando chega em 1888, na verdade não estão vigendo nem a Lei do Ventre Livre nem a Lei dos Sexagenários. Então muita gente também diz assim 'Ah, quando chega em 1888 e tem a abolição já não tinha mais escravo pra libertar'. Não é bem verdade. Formalmente você tinha setecentos e poucos mil escravos, mas de fato você tinha muito mais.

Essa história que a gente conta normalmente que você vai abolindo a escravidão gradualmente não é verdade. Esse foi um processo que sem mo... a mobilização política do movimento abolicionista, nenhuma dessas leis teria libertado a escravidão por si mesma porque elas não tavam sendo efetivadas. Então, sem a pressão abolicionista contínua ali, sabe-se lá quando é que isso teria sido aprovado. Porque tinha projeto aprovando fim da escravidão até pra 1930.

Tiago Rogero: E as pessoas negras não iriam esperar mais 40 anos pela liberdade.

Elas foram lá e derrubaram a escravidão.

Esse primeiro-ministro que assumiu,
indicado pelo Dom Pedro II,
era o Barão de Cotegipe, um escravista baiano.

Angela Alonso: No meio da ascensão abolicionista, com o país tomado de eventos abolicionistas, associações abolicionistas, você nomeia um escravista, então os abolicionistas falam: 'Bom, agora não vai dar pra continuar fazendo só o que a gente vinha fazendo'. Eles tentam. Mas as conferências públicas são desbaratadas por milícias, às vezes pela própria polícia. Abolicionistas são perseguidos.

'Bom, agora é realmente a hora de fazer, já tem o Ceará livre mesmo, então vamos incentivar os escravos a fazer o que na verdade os escravos por si mesmo sempre fizeram, que é fugir, né?, em toda oportunidade. Então o que acaba acontecendo agora é o que eu chamo de fugas coletivas orientadas. Não é que os abolicionistas inventam o fenômeno. Mas é que eles organizam a fuga.

A estratégia bem-sucedida no Ceará, de libertação da província, acontece também no Amazonas e quase acontece em várias outras províncias que libertam, declaram libertadas várias outras cidades; no Rio Grande do Sul, em Goiás... E aí tem relatos de fugas em que daí os próprios escravos, recebendo essa informação, eles também começam a organizar as próprias fugas. Então você tem um momento de desorganização da ordem escravista.

Tiago Rogero: Isso é importante também pra mostrar esse caráter popular do movimento abolicionista brasileiro.

Paralelamente à política tida como oficial, a dos espaços de poder,

havia toda essa ação política popular que acontecia nas ruas, nas fazendas, nas matas.

No interior de São Paulo, na região de Itu, teve um grupo de fugitivos que saiu de diversas fazendas da região...

Angela Alonso: E vai ganhando adesões, vai atravessando cidades. É uma massa: velhos, crianças, homens, mulheres, que vai indo. Vai ficando todo mundo de cabelo em pé, imprensa vai noticiando. E quando chega na Serra do Mar, o governo imperial, do Barão de Cotegipe, manda fuzilar, né? Atira.

É um morticínio do qual o próprio exército em seguida se envergonha. É um evento decisivo porque choca o país, mas também porque o próprio exército daí, o Marechal Deodoro manda uma carta pra Isabel...

Tiago Rogero: O Pedro II tava doente e foi pra Europa se tratar.

A filha mais velha dele, a Princesa Isabel, tinha assumido a regência.

E ela recebeu essa carta do comandante do exército, informando que...

Angela Alonso: ...o exército não vai mais caçar escravo fugido. Nós não vamos participar disso. Então, o que que acontece nessa hora? A monarquia perde o apoio das Forças Armadas pra continuar mantendo a escravidão.

Tiago Rogero: Tinha uma corrente dentro do exército que se recusava a cumprir o papel de capitão do mato,

por achar uma função inglória.

Angela Alonso: Ao mesmo tempo, a igreja também, vendo que a coisa tá acirrada, vários bispos começam a declarar apoio à abolição.

Tiago Rogero: Daí em Itapira, no interior de São Paulo,

um inglês e um americano que tinham lutado na Guerra Civil dos Estados Unidos,

os dois eram confederados, eram escravistas,

eles incitaram a população local, ali de Itapira, a linchar um delegado de polícia que era abolicionista.

Angela Alonso: A elite social da cidade vai à casa dele e lincha o delegado.

Tiago Rogero: Bateram nele até a morte.

Isso foi em fevereiro de 1888.

Angela Alonso: Então é também um evento, assim, né, de grande proporção e que dá essa notícia, acho que sobretudo pra Isabel, que é quem tá querendo herdar o trono, de que não vai dar pra segurar.

Tiago Rogero: Não vai dar pra segurar.

Angela Alonso: Sem um exército, sem a igreja e com os conflitos correndo, né, o que que tá acontecendo? Os abolicionistas tão se armando e os escravistas tão se armando. Tá em vésperas de guerra civil.

Tiago Rogero: Vésperas
de uma guerra civil.

O Barão de Cotegipe pediu demissão e a Princesa Isabel nomeou outro conservador, mas agora com a incumbência de abolir a escravidão.
Num tinha mais jeito.

Os deputados e senadores se reuniram,
em regime de urgência,
pra votar a lei da abolição.

Angela Alonso: Durante lá, a semana de tramitação, em que eles ficaram negociando qual seria o texto da lei... o Rebouças é que escreveu a lei, né?

Tiago Rogero: Rebouças é o André Rebouças, que era muito próximo da família imperial.

Angela Alonso: Então ele foi lá nos ministros, embora fossem inimigos anteriores dele, foi na princesa com as ideias dele. Põe uma linha aqui, tira uma linha ali. Ele tinha um projeto do que ele chamava de democracia rural. Porque era isso, era dividir a terra, e tinha um projeto de concessão de direitos plenos, pros ex-escravos. O projeto dos abolicionistas era um projeto que incluía uma reforma do funcionamento da vida social. Incorporação do proletário escravo à nação

brasileira. Converter de fato uma pessoa que tinha sido criada sob escravidão, num cidadão capaz de ler, escrever, trabalhar, ter a sua própria terra, ter os seus próprios direitos.

Tiago Rogero: A negociação continuou e o projeto enfim foi pra votação.

E ainda teve deputado e senador que votou contra, entre eles o Barão de Cotegipe.

Mas a maioria foi a favor

e a lei enfim foi aprovada.

Num domingo,
num 13 de maio de 1888,

a Princesa Isabel sancionou
a Lei Áurea.

O texto dizia assim:

"A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Artigo Primeiro: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Artigo Segundo: Revogam-se as disposições em contrário".

E era só isso que dizia essa lei.

Umas 50 palavras.

Angela Alonso: Essa opção da coroa é uma opção que, de certa maneira, salvou uma parte do escravismo. Por quê? O que eles fizeram não foi aprovar o projeto do Rebouças. Nada, nada passou. A única coisa que pôde ser consensuada é que estava acabada a escravidão no Brasil. Não se dizia como se ia implementar isso. Não se dizia o que ia acontecer com os ex-escravos, não se dizia como seriam os contratos de trabalho daí por diante. Nada. Você deveria ter tido uma série de, digamos, disposições transitórias pra dizer juridicamente o que acontece com

cada co... Não houve nada. O que a monarquia fez, no fim, foi deixar que cada proprietário, no limite, gerisse a sua própria transição pro trabalho livre.

Tiago Rogero: Por isso que os movimentos negros chamam o que aconteceu de abolição inconclusa.

Porque os abolicionistas queriam muito mais.
Queriam o fim da escravidão, claro,
mas um fim que fosse acompanhado de projeto, de medidas compensatórias.

Aliás, em muito lugar no Brasil demorou a chegar a notícia da abolição.

Teve senhor que simplesmente impediu que os trabalhadores soubessem da novidade,
e manteve enquanto pôde aquelas pessoas escravizadas, mesmo de forma ilegal.

Angela Alonso: E a igualdade de direitos, como a gente vê nos jornais todos os dias, até hoje não aconteceu no Brasil. Então nesse sentido o projeto do Rebouças até hoje é um projeto que não se realizou.

Tiago Rogero: Mas nem por isso a gente tem de menosprezar o 13 de Maio.

Por mais que não tenha sido tudo o que poderia ter sido,
teve muita luta,
muita luta negra,
muito sangue negro derramado pra que esse momento finalmente acontecesse:

pra que o Brasil enfim se tornasse o último país do Ocidente a tornar a escravidão ilegal.

Como a Angela Alonso já disse,
se não fosse pelo movimento abolicionista,
teria demorado ainda mais.

Pode não ter sido da forma completa,
mas muita gente foi libertada.

Uma liberdade que, como tá no samba da Mangueira de 2019,

não veio do céu,

e nem das mãos da Isabel.

Angela Alonso: A monarquia não abriu mão da defesa da escravidão por bondade, por bom coração, por decisão política. Ela abriu mão por total incapacidade, insuficiência de manter, porque as duas instituições de fato tavam coladas.

No dia da votação da lei, o Cotegipe faz um discurso assim profético, né? Mas é uma profecia que qualquer um podia fazer naquele dia. Que é dizer: a monarquia tá baseada na escravidão. Então, caindo a escravidão a monarquia vai cair junto também. Ela não tem onde se apoiar. Ele era baseada no apoio dos senhores de escravos, dos grandes proprietários de terra. Ela tá abandonando os proprietários, ela vai também cair.

Tiago Rogero: E foi isso que aconteceu.

Revoltados com a abolição, os representantes dos escravistas no Congresso começaram a defender indenização para as perdas financeiras que eles tiveram com o fim do trabalho escravo.

Pouco mais de um ano depois da Lei Áurea,
os escravistas eram a base de apoio do golpe,
num 15 de novembro,
que derrubou o Império
e instituiu a República.

E o projeto de exterminar a parcela negra da população tomou forma.

Um dos primeiros atos do novo governo provisório, só quatro dias depois do golpe, foi fazer um decreto mantendo a proibição de direito ao voto pros analfabetos.

Isso tinha sido instituído nos anos finais do Império.

Só podia votar quem soubesse ler e escrever.

E menos de 1/3 da população sabia ler e escrever.

Agora pensa: numa sociedade que por mais de três séculos dificultou e por vezes chegou até a barrar o acesso de pessoas negras ao ensino: quem que você acha que tava sendo alijado, de novo, dos seus direitos políticos?

Essa proibição só foi cair junto com a ditadura militar, no período da abertura política, em 1985.

E no período republicano a lógica era essa:

já que não dava mais pra escravizar as pessoas negras, o foco era a eliminação.

Começaram a ser implementadas uma série de leis antinegros, e a gente já falou sobre algumas delas nos outros episódios, como as de perseguição às Religiões de Matriz Africana, por exemplo.

Tinha um ditado nessa época do começo da República que dizia assim:

"a liberdade é negra,

mas a igualdade é branca".

Mas se tem uma coisa que a essa altura você já sabe, e a gente falou bastante sobre isso,

é que as pessoas negras não aceitaram tudo isso de braços cruzados.

Eles queriam acabar com a gente, mas a gente tá aqui: mais da metade da população.

Desde que a primeira pessoa africana foi trazida pra esse território indígena, tantos séculos atrás,

foi o nós por nós que garantiu que a nossa sobrevivência.

Das pessoas negras, dos nossos povos originários, de todo mundo que não se encaixa no padrão dos detentores do poder. No padrão do homem branco.

Foi o nós por nós que garantiu que a gente tivesse humanidade e liberdade.

E foi assim na saúde, na educação, em moradia, no trabalho, na cultura, na luta pelos direitos humanos...

Na luta por um país melhor pra todos.

Não só pras pessoas negras. Pra todos.

Se não fosse por nós, não teria saúde pública pra todo mundo,

não teria filho do porteiro e da trabalhadora doméstica, de todas as cores, de todas as raças, entrando na universidade.

As pessoas negras não construíram só toda a riqueza do Brasil.

Elas construíram a própria democracia do Brasil.

Ainda que não seja nem de longe o Brasil que a gente sonhou.

O Brasil que a gente merece.

João José Reis: O fato de que a vida negra vale menos, quando não vale nada, vem se agravando ainda mais depois da própria abolição.

Tiago Rogero: Aqui de novo o João José Reis, historiador e professor.

João José Reis: Porque pense bem: antes da abolição, o escravo era propriedade. Então ele tinha um senhor que tinha um interesse direto em preservar essa propriedade. Depois da abolição, não tem mais isso. Então, é uma população realmente que tá entregue à sorte, se pode dizer, né? Por mais que se denuncie... é impressionante isso: por mais que se esclareça, por mais que os meios de comunicação hoje estarem engajados num discurso de denúncia do racismo, de promoção da inserção do negro na sociedade, você tem lá o... o sargento da Marinha que simplesmente vê um... o seu vizinho, que era negro, entendeu?, chegando em casa, e ele acha que ele era um bandido porque ele tinha aberto a bolsa dele, a mochila dele pra pegar uma chave, cara, e...

<<<< som de TV ligando >>>>

Voz 01: Um sargento da Marinha matou um vizinho na porta de casa, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O atirador disse que confundiu a vítima, um homem negro, com um bandido.

<<<< som de TV desligando >>>>

João José Reis: Ele atira três vezes, não é uma não, é três vezes. É óbvio, se o cara fosse branco ele não iria atirar. É, é, é óbvio. Assim como se esse imigrante fosse branco, né, fosse um português, um espanhol, um italiano, ele não seria espancado daquela maneira brutal e os policiais municipais não iriam simplesmente dar as costas ao que tava acontecendo.

<<<< som de TV ligando >>>>

Voz 02: Testemunhas do assassinato do jovem congolês Moïse, na Praia da Barra da Tijuca, no Rio, disseram que guardas municipais não fizeram nada pra evitar o crime, mesmo tendo sido chamados para intervir.

<<<< som de TV desligando >>>>

João José Reis: Quando eu vejo esses casos eu penso nisso, eu digo: 'Caramba, isso é pior do que a época do escravismo'.

Tiago Rogero: Como a gente ouviu ao longo desses oito episódios,
se tem uma política pública constante,
eficaz e longeva na História do Brasil,

é o racismo.

Uma política de Estado que ainda tá em vigor.

Embora este seja o último episódio do podcast do projeto Querino,

não é nem de longe o último capítulo desse projeto,
que tá só começando.

O Querino foi pensado como um projeto multiplataforma pra refletir sobre a História do Brasil,
como tudo isso explica o Brasil atual,
mas também o futuro:

que país nós queremos ser,
podemos ser,
devemos ser?

Que país nós merecemos ter?

E o podcast foi o ponto de partida pra tudo mais o que o projeto vai se tornar.

Por isso fique ligado em projetoquerino.com.br pra continuar acompanhando essa jornada.

A gente começou o podcast com uma frase do fotógrafo e ativista Januário Garcia:

"Existe uma história do negro
sem o Brasil,

o que não existe
é o uma história do Brasil

sem o negro".

E eu quero terminar com o mote da campanha da Coalizão Negra por Direitos, o grupo que reúne organizações, entidades e coletivos dos movimentos negros brasileiros.

A frase é:

"Enquanto houver racismo,

não haverá
democracia".

E já passou da hora d'o Brasil ser de fato uma democracia.

O projeto Querino é apoiado pelo Instituto Ibirapitanga.

O podcast foi produzido pela Rádio Novelo.

O nosso site, projetoquerino.com.br, reúne todas as informações sobre o projeto, e conteúdo adicional. O site foi desenvolvido pela Àiyé.

E eu te convido a conferir também todo o material do projeto Querino que está sendo publicado pela revista piauí, nas bancas e no site da revista.

Este episódio teve pesquisa de Gilberto Porcidonio, Rafael Domingos Oliveira e Angélica Paulo, que também fez a produção.

A edição foi do Lucca Mendes; a sonorização, da Júlia Matos e a finalização, da Pipoca Sound.

A checagem foi do Gilberto Porcidonio, e a música original, do Victor Rodrigues Dias.

Estratégia de promoção, distribuição e conteúdo digital: Bia Ribeiro

A identidade visual é do Draco Imagem.

Os transcritores das entrevistas foram Guilherme Póvoas e Rodolfo Vianna.

A locução foi gravada no estúdio da Pipoca Sound, com trabalhos técnicos de Luis Rodrigues.

Consultoria em roteiro de Mariana Jaspe, Paula Scarpin e Flora Thomson-DeVeaux, com revisão de Natália Silva.

Consultoria em História: Ynaê Lopes dos Santos.

Produção-executiva: Guilherme Alpendre.

A execução financeira do projeto é do ISPIS, Instituto Sincronicidade para a Interação Social.

Idealização, reportagem, roteiro, apresentação e coordenação, Tiago Rogero.

Este episódio usou áudios de TV Globo e SBT.

Agradecimentos à Maria Alice Rezende de Carvalho, ao Rogério Nakano, ao Aldivan da Silva, à Luana Carvas, à Mayara Moreira e ao Mateus Coutinho.

E a você que nos ouviu até aqui, muito obrigado.